G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Reuniões Ministeriais de Finanças e Inovação do G20 Consolidam a Agenda dos EUA para a Economia Global e Tecnologias Emergentes

Las reuniones ministeriales del G-20 sobre finanzas e innovación consolidan la agenda de los Estados Unidos para la economía global y las tecnologías emergentes

G20 Ministerial Meetings on Finance and Innovation Solidify the U.S. Agenda for the Global Economy and Emerging Technologies

Resumo: O presente informe analisa os resultados das reuniões ministeriais de Finanças e de Inovação do G20, realizadas na Carolina do Norte sob a liderança dos Estados Unidos. O texto examina a divulgação da Declaração da Presidência em Asheville, centrada na resiliência macroeconômica, na desregulamentação e no enfrentamento aos desequilíbrios comerciais, contextualizando as objeções formais apresentadas pela China. Em seguida, detalham-se os desdobramentos da cúpula de Chapel Hill sobre a governança de tecnologias emergentes, marcada pela formalização dos Princípios de Carolina e pela defesa de um modelo não intervencionista promovido por Washington e por executivos do setor privado, em contraste direto com o rigor normativo reafirmado pela União Europeia.

Palavras-chave: G20; EUA.

Resumen: *El presente informe analiza los resultados de las reuniones ministeriales de Finanzas e Innovación del G-20, celebradas en Carolina del Norte bajo el liderazgo de Estados Unidos. El texto examina la publicación de la Declaración de la Presidencia en Asheville, centrada en la resiliencia macroeconómica, la desregulación y la lucha contra los desequilibrios comerciales, poniendo en contexto las objeciones formales presentadas por China. A continuación, se detallan las repercusiones de la cumbre de Chapel Hill sobre la gobernanza de las tecnologías emergentes, marcada por la formalización de los Principios de Carolina y por la defensa de un modelo no intervencionista promovido por Washington y por ejecutivos del sector privado, en contraste directo con el rigor normativo reafirmado por la Unión Europea.*

Palabras clave: *G20; EE. UU.*

Abstract: *The report analyzes the outcomes of the G20 Finance and Innovation Ministerial Meetings, held in North Carolina under the leadership of the United States. The text examines the release of the Asheville Chair's Statement, which focused on macroeconomic resilience, deregulation, and addressing trade imbalances, while providing context for the formal objections*

raised by China. It then details the outcomes of the Chapel Hill summit on the governance of emerging technologies, marked by the formalization of the Carolina Principles and the advocacy of a non-interventionist model promoted by Washington and private-sector executives—in direct contrast to the regulatory rigor reaffirmed by the European Union.

Keywords: *G20; USA.*

A divulgação da Declaração da Presidência (*Chair's Statement*) ao término da Segunda Reunião de Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G20, realizada em Asheville entre 31 de agosto e 1º de setembro de 2026, formalizou as diretrizes econômicas e as prioridades estratégicas conduzidas pela presidência dos Estados Unidos. O documento consolidou uma narrativa centrada na resiliência macroeconômica global diante de múltiplos choques, conferindo papel de destaque à eficiência regulatória e à atuação do setor privado como propulsor da produtividade internacional. Para sustentar o ritmo de expansão econômica, a declaração apontou como imperativo o funcionamento contínuo de cadeias de valor estratégicas, compreendendo os setores de energia, alimentos, fertilizantes e minerais críticos, ao mesmo tempo em que orientou a condução de políticas fiscais voltadas à sustentabilidade da dívida e à reconstrução de margens de manobra, resguardando a estabilidade de preços e a independência institucional dos bancos centrais. Paralelamente, os países acordaram a necessidade de mitigar entraves burocráticos e regulatórios excessivos, aperfeiçoar os regimes tributários e fortalecer o apoio às pequenas e médias empresas.

O enfrentamento dos desequilíbrios econômicos persistentes ocupou espaço central nas deliberações ministeriais. A declaração condenou a manutenção de assimetrias externas prolongadas e demandou expressamente a eliminação de políticas e práticas não orientadas pelo mercado. Sob essa ótica, o texto estabeleceu que as nações detentoras de superávits externos contínuos devem remover distorções internas que comprimem o consumo doméstico e alimentam uma dependência desmedida do comércio exterior, enquanto as economias deficitárias precisam fomentar a poupança interna e avançar em ajustes fiscais. Além disso, o documento instruiu o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a ampliarem seus instrumentos analíticos e a coleta de dados sobre tais distorções, incluindo projeções de cenários sobre os custos da inação. Esse enquadramento motivou objeções formais da delegação chinesa aos parágrafos 10 e 11 da declaração, evidenciando a discordância de Pequim quanto à caracterização de seu modelo produtivo e à tentativa norte-americana de utilizar organismos multilaterais para fiscalizar seus mecanismos estatais de fomento à indústria.

As divergências com a China estenderam-se a outros dois eixos substantivos do documento de Asheville, consolidando suas reservas aos parágrafos 4 e 13. No campo da segurança energética e logística internacional, o quarto parágrafo manifestou preocupação com interrupções no comércio global e postulou que a garantia de uma navegação livre, segura e previsível no Estreito de Ormuz e em outras rotas marítimas estratégicas, somada à resolução de conflitos e guerras em andamento, configura pré-requisito indispensável para o crescimento sustentável. A inclusão dessa formulação, que dialoga com as repercussões da crise militar envolvendo os Estados Unidos e o Irã, não obteve a adesão plena de Pequim. Do mesmo modo, o parágrafo 13, dedicado à arquitetura da dívida soberana para nações vulneráveis no âmbito do Quadro Comum do G20 e da abordagem de três pilares do FMI e do Banco Mundial, registrou

discordâncias chinesas. Embora o texto tenha anunciado a publicação de um modelo não vinculante de Memorando de Entendimento para conferir maior celeridade e previsibilidade às reestruturações formais, a exigência expressa de divisão justa de encargos e de maior coordenação e contribuição entre os credores bilaterais oficiais do grupo foi formalmente contestada pela delegação chinesa, refletindo o tradicional impasse sobre as responsabilidades financeiras de credores estatais.

Importante salientar que, a despeito dessas objeções pontuais, os demais pontos do documento foram acolhidos pelos membros presentes. De acordo com as normas procedimentais do G20, a ausência de unanimidade impede a publicação de uma declaração ministerial conjunta plena, exigindo que o documento seja divulgado formalmente como Declaração da Presidência (*Chair's Statement*), formato que registra as convergências substantivas da reunião ao mesmo tempo em que assinala as reservas pontuais dos países dissidentes.

Já no plano doméstico e setorial, a declaração incorporou iniciativas dedicadas à alfabetização financeira, concebida como alicerce para a autonomia cidadã e para a proteção individual contra esquemas de fraude cibernética, dando ênfase a mecanismos voltados à poupança de longo prazo e ao investimento, como as *Trump Accounts* no âmbito norte-americano. No segmento financeiro internacional, o fórum reiterou o compromisso com a modernização regulatória e supervisória para acolher inovações em ativos digitais e *stablecoins* globais sob o monitoramento do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês), reforçando o roteiro de otimização de pagamentos transfronteiriços mediante o padrão ISO 20022 e a ampliação horária dos sistemas de liquidação de grande valor, além da aplicação das diretrizes do GAFI para conter lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Sobressaiu-se, contudo, o protagonismo conferido à inteligência artificial (IA), categorizada formalmente no texto como "uma tecnologia de propósito geral com potencial de redefinir as bases da economia global". O documento preconiza que os ganhos de produtividade e a liderança no crescimento favorecerão as nações capazes de acelerar o desenvolvimento e a difusão responsável dessa tecnologia, demandando dos bancos centrais a diferenciação técnica entre expansões estruturais da capacidade produtiva e flutuações de demanda, enquanto o FSB finaliza um guia de boas práticas para sua adoção e o GAFI estrutura diretrizes contra crimes cibernéticos no setor financeiro. Essa centralidade atribuída à inteligência artificial em Asheville serviu de antecedente para a Reunião Ministerial de Inovação do G20, realizada nos dias 1 e 2 de setembro de 2026 na cidade vizinha de Chapel Hill, também na Carolina do Norte.

Conduzida sob a coordenação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e do Escritório de Política de Ciência e Tecnologia da Casa Branca, a reunião ministerial de Chapel Hill representou um marco nas negociações sobre a governança de tecnologias emergentes, resultando na aprovação de uma Declaração Ministerial chancelada por todos os integrantes do bloco. O documento estruturou-se em seis eixos estratégicos voltados ao fomento da inovação: o estabelecimento de estruturas políticas pró-inovação amparadas em marcos regulatórios flexíveis e baseados em risco; a aplicação segura da inteligência artificial no setor público em áreas como saúde, educação, transportes e gestão de desastres; a qualificação técnica contínua da força de trabalho; a salvaguarda da propriedade intelectual e de segredos industriais com garantia de direitos autorais a criações humanas; o incentivo a padrões técnicos abertos que evitem barreiras desnecessárias ao comércio internacional; e o fortalecimento de cadeias de suprimento industriais mediante o livre fluxo de dados com confiança, vedando exigências de

transferência forçada de tecnologia ou localização compulsória de dados. Nas palavras do Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, “alcançar o consenso no G20 não é uma tarefa simples, mas o tema da inovação como motor do crescimento nos uniu em um momento histórico de unidade”, ressaltando ainda que a declaração aprovada “dá aos empreendedores a confiança para investir em suas ideias, promove a indústria doméstica e garante que as estruturas de propriedade intelectual incentivem e protejam a inovação”.

O núcleo operacional dessas diretrizes, no entanto, materializou-se nos chamados Princípios de Carolina para Tecnologias Emergentes (*The Carolina Principles*), pactuados para nortear o ciclo de vida do desenvolvimento científico em três fases complementares. Na fase de avanço da descoberta e pesquisa básica, o documento recomenda o fomento à pesquisa de base pública e privada, o emprego de financiamento misto combinando capital estatal e privado em todos os níveis de maturidade tecnológica, a disponibilização de infraestrutura computacional, a simplificação administrativa na concessão de bolsas, a aproximação contínua entre academia e indústria e a criação de canais de transferência tecnológica dos laboratórios para o mercado, sem prescindir do compartilhamento de dados oriundos de projetos interrompidos.

Na etapa de validação e comercialização, preconiza-se o uso intensivo de *sandboxes* regulatórios com isenções temporárias de normas, mecanismos de financiamento atrelados a metas técnicas estritas, licenciamento agilizado para projetos pilotos de baixo risco, diretrizes claras para os primeiros adotantes operacionais e o direcionamento do poder de compras públicas do Estado para viabilizar mercados iniciais. Já no estágio de viabilização da adoção tecnológica, os princípios consagram a priorização de marcos legais setoriais preexistentes em detrimento da criação de legislações abrangentes inéditas, circunscrevendo novas regras apenas a lacunas comprovadas, com foco em resultados de desempenho, revisão periódica de normas obsoletas, consideração do custo de oportunidade decorrente de atrasos na adoção e cooperação internacional voluntária.

Para endereçar os impactos dessa transição tecnológica sobre o emprego, o encontro ministerial formalizou dois instrumentos anexos complementares. O primeiro, denominado Objetivos de Prosperidade para a IA, instituiu nove diretrizes não vinculantes para que os governos estruturem credenciais técnicas, integrem o ensino de inteligência artificial na educação básica e no currículo de ciências e tecnologia (STEM), estimulem estágios práticos, doutorados financiados pela indústria e residências de pesquisa, qualifiquem educadores e incentivem programas de requalificação profissional custeados por empregadores públicos e privados.

Assentado no princípio de IA como uma ferramenta de amplificação das capacidades humanas, o documento preconiza uma comunicação transparente junto aos trabalhadores durante as transições corporativas. Em paralelo, o Pacto de Prosperidade para a IA constituiu um termo voluntário de compromisso pelo qual corporações privadas, universidades e centros de pesquisa comprometeram-se a alocar investimentos diretos no treinamento de trabalhadores e na abertura de carreiras qualificadas na indústria tecnológica.

Nos bastidores políticos, contudo, o encontro serviu de plataforma para os Estados Unidos pressionarem os parceiros internacionais a adotarem uma abordagem não intervencionista em relação à inteligência artificial. A estratégia do governo norte-americano concentrou-se em desencorajar ativamente a criação de novos órgãos internacionais de supervisão ou leis específicas para o setor, buscando acelerar a indústria doméstica e consolidar

a hegemonia tecnológica global de suas empresas. Segundo análises internacionais veiculadas por órgãos como Reuters e Al Jazeera, essa postura alinhou-se estritamente aos interesses econômicos das grandes companhias do país, uma vez que exigências regulatórias externas poderiam comprimir margens de lucro ao atrasar o lançamento de novos modelos ou forçar alterações de engenharia por razões de segurança.

A orientação oficial da Casa Branca foi sintetizada pelo assessor de tecnologia Michael Kratsios, ao afirmar que os formuladores de políticas públicas não precisam abordar cada inovação de forma isolada e não devem tratar cada tecnologia emergente como um problema inédito. Amparado nos Princípios de Carolina, Kratsios sustentou que os governos devem evitar legislações generalistas e regular exclusivamente lacunas autênticas que as normas atuais sejam incapazes de cobrir.

Essa perspectiva norte-americana contrastou diretamente com o posicionamento da União Europeia, evidenciando uma cisão profunda de entendimento quanto à aplicação e regulamentação dessas inovações. Enquanto Washington defendia o relaxamento normativo, a Comissão Europeia reafirmou sua adesão irrestrita ao *EU AI Act* e confirmou, no próprio dia da reunião, o envio de solicitações formais de informação a mais de trinta empresas globais do setor para investigar a conformidade de seus sistemas com regras de segurança, transparência e direitos autorais.

A Vice-Presidente de Soberania Tecnológica da União Europeia, Henna Virkkunen, que esteve presente no evento em Chapel Hill, declarou em pronunciamento oficial que o objetivo europeu é garantir que a inteligência artificial seja desenvolvida, lançada e utilizada de maneira segura e transparente no continente, reiterando que as autoridades comunitárias estão plenamente preparadas para adotar todas as medidas necessárias para assegurar o cumprimento estrito da lei.

O embate entre os dois blocos ganhou contornos explícitos nas falas dos principais executivos de tecnologia norte-americanos, que participaram de painéis públicos e mantiveram reuniões bilaterais com o Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick. O diretor-executivo da Tesla e da SpaceX, Elon Musk, atacou abertamente a postura regulatória europeia ao contrapor o conceito de legalidade por padrão ao que classificou como uma presunção de ilegalidade no continente europeu. Musk argumentou que a inovação exige que os empreendedores estejam relativamente livres de regulamentação, o que significa que novas iniciativas devem ser consideradas legais por padrão, em oposição a ilegais por padrão.

Ao criticar o modelo de Bruxelas, o executivo acrescentou que na Europa as coisas operam sob a lógica da ilegalidade prévia, o que desacelera o avanço tecnológico de forma considerável, sustentando que “isso desacelera [a inovação] consideravelmente”. Para além do debate normativo, Musk alertou para graves gargalos de infraestrutura material, advertindo que haverá um déficit significativo de energia elétrica no próximo ano, e não em um futuro distante, para alimentar a expansão dos centros de processamento de dados.

Outras lideranças industriais expuseram nuances e preocupações estruturais durante os debates. O presidente da Meta, Mark Zuckerberg, fez uma defesa enfática dos modelos de inteligência artificial de pesos e código abertos, demandando que os governos não imponham restrições que asfixiem a concorrência global, além de destacar que a construção da infraestrutura digital necessária exigirá centenas de milhares, e talvez milhões, de trabalhadores especializados. Por outro lado, Demis Hassabis, líder da Google DeepMind, assumiu uma postura

destoante do pleito desregulamentador geral ao pedir formalmente aos delegados do G20 a adoção de testes de segurança padronizados e obrigatórios para os modelos antes de sua disponibilização ao público geral. O alinhamento comercial com a política externa norte-americana foi igualmente reiterado em reuniões de Howard Lutnick com figuras como Sam Altman da OpenAI, Jensen Huang da NVIDIA, Tom Brown da Anthropic e Alex Karp da Palantir.

Imagem 1: Mark Zuckerberg, presidente da Meta, fala por videoconferência aos delegados da Cúpula Ministerial de Inovação do G20, em Chapel Hill, na Carolina do Norte



Fonte: Matt Ramey/AFP, 2026.

Essa pressão pela liderança técnica norte-americana refletiu também a disputa geopolítica com a China, cujos modelos de pesos abertos vêm atingindo desempenho comparável ao das plataformas proprietárias dos Estados Unidos, gerando um esforço diplomático concentrado de Washington para evitar que governos parceiros migrem para o ecossistema digital chinês, tema que balizou a participação do Ministro da Ciência da China, Yin Hejun.

O quadro de tensões encerrou-se com advertências sobre riscos sistêmicos e repercussões ecológicas. Relatórios de segurança e painéis das Nações Unidas apontaram que o avanço tecnológico tem ultrapassado a capacidade de governança estatal, citando episódios em que agentes autônomos experimentais da OpenAI e da Anthropic comprometeram ou acessaram indevidamente infraestruturas de código na plataforma Hugging Face durante ensaios técnicos. Simultaneamente, manifestações públicas em frente ao local do evento denunciaram o custo socioambiental da proliferação desordenada de data centers, ressaltando que o elevado consumo de eletricidade e de recursos naturais por essas instalações ameaça comprometer as metas globais de sustentabilidade climática.

Referências

REUTERS. G20 countries should consider more trade barriers with China to cut imbalances, US says. Reuters, World, 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/g20-countries-should-consider-more-trade-barriers-with-china-cut-imbalances-2026-08-30/. Acesso em: 31 ago. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Chair's Statement: Second G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting. U.S. Department of the Treasury, Press Releases, 2026. Disponível em: https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0620/. Acesso em: 14 set. 2026.

REUTERS. US urges hands-off approach to AI regulation at G20 tech meeting. Reuters, Legal, Litigation, 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/legal/litigation/us-urges-hands-off-approach-ai-regulation-g20-tech-meeting-2026-09-01/. Acesso em: 14 set. 2026.

AL JAZEERA. US pushes looser approach to AI regulation while EU pushes new law. Al Jazeera, News, 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/9/2/us-pushes-looser-approach-to-ai-regulation-while-eu-pushes-new-law. Acesso em: 14 set. 2026.

THE WHITE HOUSE. G20 Innovation Ministerial Concludes with Consensus Statement. The White House, Statements and Releases, 2026. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/releases/2026/09/g20-innovation-ministerial-concludes-with-consensus-statement/. Acesso em: 14 set. 2026.

REUTERS. Anthropic CEO urges AI companies to slow model development. Reuters, Business, 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/business/anthropic-ceo-urges-ai-companies-slow-model-development-2026-09-12/. Acesso em: 14 set. 2026.

G7: parlamentos em Paris, contestação em Nova Délhi

G7: parlamentos en París, impugnación en Nueva Delhi

G7: parliaments in Paris, contestation in New Delhi

Resumo: Na quinzena de 31 de agosto a 13 de setembro de 2026, o único evento formal do G7 foi a Cúpula Parlamentar realizada em Paris, cuja declaração conjunta tratou de abertura parlamentar, controle democrático da política externa e governança da inteligência artificial. Nos mesmos dias, em Nova Délhi, a cúpula do BRICS serviu de palco à contestação do peso econômico do grupo, o que recoloca a disputa sobre representatividade e legitimidade na governança global.

Palavras-chave: G7; BRICS; governança global.

Resumen: *En la quincena del 31 de agosto al 13 de septiembre de 2026, el único evento formal del G7 fue la Cumbre Parlamentaria celebrada en París, cuya declaración conjunta abordó la apertura parlamentaria, el control democrático de la política exterior y la gobernanza de la inteligencia artificial. En esos mismos días, en Nueva Delhi, la cumbre del BRICS sirvió de escenario para cuestionar el peso económico del grupo, lo que repone la disputa sobre representatividad y legitimidad en la gobernanza global*

Palabras clave: *G7; BRICS; gobernanza global.*

Abstract: *In the fortnight from August 31 to September 13, 2026, the G7's only formal event was the Parliamentary Summit held in Paris, whose joint declaration addressed parliamentary openness, democratic oversight of foreign policy and the governance of artificial intelligence. In those same days, in New Delhi, the BRICS summit provided a stage for contesting the group's economic weight, reopening the dispute over representativeness and legitimacy in global governance.*

Keywords: *G7; BRICS; global governance.*

A quinzena segue sem muitos acontecimentos no âmbito do G7. O único evento formal do grupo no período foi a Cúpula Parlamentar do G7, em Paris, entre os dias 10 e 12 de setembro. Criado em 2001, o encontro reúne anualmente os presidentes das assembleias legislativas do G7 e tem como objetivo destacar os valores comuns de democracia parlamentar que unem os países membros. Nesta edição, sob presidência francesa, Yaël Braun-Pivet recebeu na Assembleia Nacional os presidentes das casas da Alemanha, dos Estados Unidos, do Reino Unido, do Canadá, da Itália e do Japão, com participação também da presidente do Parlamento Europeu e do presidente da Verkhovna Rada ucraniana, Ruslan Stefanchuk, que discursou em 11 de setembro. A agenda teve dois eixos: abertura parlamentar, confiança e participação cidadã; e o papel dos parlamentos em política externa e defesa na era das crises globais (ASSEMBLÉE NATIONALE, 2026).

Os presentes assinam uma declaração conjunta em três eixos temáticos:

I. **Parlamentos mais abertos**. Registra preocupação com a erosão da confiança nas instituições públicas, refletida na queda da participação eleitoral, e sustenta que a vida democrática não se esgota nas urnas. Lista instrumentos de reaproximação com o cidadão: abertura física das casas legislativas, transmissão dos debates, ferramentas digitais de acesso à tramitação, petições, convenções cidadãs, consultas populares e programas educativos e itinerantes.

II. **Papel dos parlamentos em política externa e defesa**. Reconhece a centralidade dos executivos na condução das relações internacionais, e afirma a contribuição parlamentar à legitimidade, à transparência e ao controle democrático: voto de créditos orçamentários, fiscalização da ação governamental e, a depender do país, autorização e acompanhamento de operações externas e de atividades de inteligência, além da ratificação de tratados. Valoriza a diplomacia parlamentar como complemento à ação dos executivos.

III. **Inteligência artificial**. Aponta ganhos potenciais na racionalização do processo legislativo, no acesso cidadão, em tradução e transcrição de debates, em pesquisa legislativa e em cibersegurança. Em contrapartida, identifica riscos de viés algorítmico, erro, desinformação, manipulação e ameaças à proteção de dados, exigindo governança democrática com ampla consulta pública e uso “benéfico, seguro, soberano e a serviço do ser humano”. Os signatários decidiram manter o intercâmbio de boas práticas (ASSEMBLÉE NATIONALE, 2026).

Nos mesmos dias, em Nova Délhi, durante o Fórum Empresarial do BRICS, Vladimir Putin referia-se ao “assim chamado G7” e questionou por que o conjunto é tratado como “os Grandes 7”. Segundo os números que apresentou, nos últimos cinco anos os países do BRICS responderam por mais de 40% do PIB mundial, contra 29% do G7, e por mais da metade do crescimento econômico global, contra 18% do G7.

Putin afirmou que a Rússia se tornou o maior alvo de sanções do planeta, com mais de 30 mil medidas, quantidade que descreveu como o dobro de todas as sanções aplicadas aos demais países somados, e apresentou as economias ocidentais como “velhos líderes” em declínio, tentando preservar a primazia perdida, ainda que tenha ressalvado que o BRICS não está se colocando contra ninguém (KYIV POST, 2026; NEWS24, 2026).

Em 2006, o PIB dos BRICS equivalia a cerca de metade do PIB do G7. O cenário mudou em 2020, quando os BRICS superaram o G7. Previsões do Fundo Monetário Internacional indicam que, até 2031, o PIB dos BRICS será 1,6 vezes maior que o do G7 (GLOBAL TIMES, 2026). Medido a preços de mercado, o G7 segue substancialmente maior: cerca de US$ 54,5 trilhões em PIB nominal, contra mais de US$ 32 trilhões dos onze membros plenos do BRICS. A relação se inverte quando se mede por paridade de poder de compra: segundo dados do FMI para 2025, o BRICS respondeu por 40,7% do PIB mundial nesses termos, contra 28,4% do G7 — aproximadamente US$ 80,4 trilhões contra US$ 58,6 trilhões. (ARAVIND, 2026).

Os onze membros do BRICS reúnem cerca de 48,5% da população mundial e respondem por aproximadamente 43,6% da produção global de petróleo, 36% da de gás natural e 78,2% da de carvão mineral, embora participem de apenas cerca de 24% do comércio global.

As projeções do FMI para 2026 apontam crescimento médio de cerca de 1,0% para os sete países: Itália em 0,5%, França e Japão em 0,6%, Alemanha em 0,7%, Reino Unido em 1,0%, Canadá em 1,1% e Estados Unidos em 2,3%; contra aproximadamente 3,1% para os onze países, puxados por Índia (6,4%), Indonésia (5,0%) e China (4,6%).

Em contrapartida, o G7 mantém vantagem decisiva em capacidade militar, tecnologia e alcance institucional: só os Estados Unidos gastaram US$ 954 bilhões em defesa em 2025, um terço do total mundial, segundo o *Stockholm International Peace Research Institute* (ARAVIND, 2026).

Entre os objetivos declarados do BRICS está a ampliação da representação dos países em desenvolvimento na ONU, no FMI, no Banco Mundial e na OMC, agenda de reforma institucional que o G7 tem evitado enfrentar em seus próprios documentos. O próximo evento do grupo dos sete será a reunião informal de chanceleres em Nova York, em 21 de setembro, à margem da 81ª Assembleia Geral.

Referências

ARAVIND, Vishnu. G7 and BRICS: how the global economic balance is shifting from western world to a rising global south. Organiser, Nova Délhi, 12 set. 2026. Disponível em: https://organiser.org/2026/09/12/380173/world/g7-and-brics-how-the-global-economic-balance-is-shifting-from-western-world-to-a-rising-global-south/. Acesso em: 13 set. 2026.

ASSEMBLÉE NATIONALE. Sommet parlementaire du G7 – Paris 2026. Paris, set. 2026. Disponível em: https://g7-2026.assemblee-nationale.fr/. Acesso em: 13 set. 2026.

GLOBAL TIMES. BRICS vs G7: Shifting Economic Weight. Pequim, 10 set. 2026. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202609/1370254.shtml. Acesso em: 13 set. 2026.

KYIV POST. Putin says Russia faces 30,000 sanctions, attacks West at BRICS. Kiev, 11 set. 2026. Disponível em: https://www.kyivpost.com/post/84321. Acesso em: 13 set. 2026.

NEWS24. BRICS Summit 2026: Putin takes swipe at G7, says BRICS now accounts for over 40% of world GDP. Nova Délhi, 11 set. 2026. Disponível em: https://news24online.com/india/brics-summit-2026-putin-takes-swipe-at-g7-says-brics-now-accounts-for-over-40-of-world-gdp/923277. Acesso em: 13 set. 2026.

Reformas tributárias, PISA 2025 e desenvolvimento sustentável: a quinzena da OCDE

Reformas fiscales, PISA 2025 y desarrollo sostenible: la quincena de la OCDE

Tax Reforms, PISA 2025, and Sustainable Development: The OECD's Fortnight

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre o lançamento da nova edição de seu estudo sobre reformas tributárias, a divulgação dos resultados do PISA 2025 e seis estudos variados sobre temas de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *Los aspectos más destacados de la OCDE se dividen entre la publicación de la nueva edición de su estudio sobre reformas fiscales, la divulgación de los resultados del PISA 2025 y seis estudios diversos sobre temas de desarrollo sostenible.*

Palabras clave*: OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The OECD's highlights include the release of the new edition of its study on tax reforms, the publication of the PISA 2025 results, and six diverse studies on sustainable development topics.*

Keywords: *OECD; international cooperation.*

No decorrer da primeira quinzena de setembro de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu o lançamento da publicação *"Tax Policy Reforms 2026: OECD and Selected Partner Economies"*, a décima primeira versão da publicação anual com dados e informações comparativas sobre reformas tributárias entre países participantes da OCDE e outros parceiros econômicos e o acompanhamento da evolução da política fiscal ao longo do tempo.

Dessa forma, a edição de 2026 fornece um panorama geral do ambiente macroeconômico, abrangendo reformas tributárias introduzidas ou anunciadas em 2025 em 92 jurisdições membros do Estrutura Inclusiva da OCDE/G20 sobre Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros (*OECD/G20 Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting*, em inglês) e em todos os países da OCDE. O estudo também destaca as prioridades nacionais e as diversas abordagens tributárias que os os governos adotaram para financiar de forma sustentável serviços públicos, proteção social, investimentos e outras necessidades de gastos públicos, em um contexto desafiante de crescimento econômico lento e de dívida pública crescente.

A pesquisa constata que os governos implementaram reformas tributárias em 2025 para apoiar o crescimento e o investimento, contudo as medidas de arrecadação adotadas em resposta à crescente pressão sobre as finanças públicas permaneceram, de modo geral, modestas. Como observado em edições anteriores, os choques econômicos da pandemia e a crise energética de 2022 e 2023 desencadearam um conjunto de respostas políticas entre os países, porém, em 2025, os objetivos das políticas tornaram-se mais diversificados, refletindo

diferenças significativas nas condições internas, no espaço fiscal e nas prioridades políticas. Ademais, as pressões inflacionárias diminuíram em 2025 e as preocupações com o custo de vida recuaram em relação aos anos anteriores, embora as pressões sobre os preços não tenham desaparecido completamente em todas as economias. Paralelamente, o legado fiscal da pandemia e o choque nos preços da energia continuaram a pesar sobre as finanças públicas.

O ano de 2025 também foi marcado pelo aumento de impostos relacionados à saúde, que figurou a mais comum a ser introduzida entre as medidas de reforma tributária de elevação de tributos. Uma tendência notável foi que as reformas nos impostos sobre o tabaco têm se concentrado cada vez mais na ampliação da base de incidência para abranger novos produtos de tabaco e nicotina. Diversos países também elevaram os impostos sobre bebidas alcoólicas. Além disso, as reformas tributárias incidentes sobre bebidas adoçadas com açúcar, geralmente menos frequentes, foram mais comuns em 2025 do que nos anos anteriores.

Outro destaque da OCDE foi a promoção do relatório *"PISA 2025 Results (Volume I): Future-Ready Students, PISA"*. O documento apresenta os primeiros resultados da edição de 2025 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que é a maior avaliação educacional do mundo, coordenada pela OCDE para medir as habilidades de jovens de 15 anos em leitura, matemática e ciências e que ocorre a cada três anos em dezenas de países. A edição de 2025 foi a maior avaliação realizada até o momento, com a participação de mais de 760.000 estudantes de 91 países e economias e concentrou-se especialmente no tema ciências, área em que desempenho médio manteve-se estável entre 2022 e 2025 nos países da OCDE, após ter apresentado uma tendência de queda entre 2009 e 2022.

Os resultados da pesquisa indicam que o desempenho dos estudantes nos países da OCDE continua a cair, atingindo a média mais baixa já registrada pelo PISA em matemática e leitura. Em toda a OCDE, um em cada cinco estudantes de 15 anos apresenta agora baixo desempenho em ciências, matemática e leitura – um aumento em relação aos 16% registrados em 2022.

O PISA 2025 também indica que, quando a inteligência artificial e as ferramentas digitais são utilizadas, isso deve ser feito com cautela, com propósitos claramente definidos e com moderação. Afinal, o desempenho dos estudantes tende a ser inferior quando o uso se tornava excessivo ou quando os dispositivos eram utilizados para lazer no ambiente escolar. A distração digital também afeta a dinâmica da sala de aula como um todo. Mais de um em cada quatro estudantes relatou que seus colegas se distraíam com dispositivos digitais na maioria das aulas de ciências ou em todas elas e estudantes cercados por colegas distraídos apresentaram desempenho inferior, menor engajamento na aprendizagem e menor sentimento de conexão com a escola.

Também é interessante observar que estudantes que afirmaram não utilizar inteligência artificial para elaborar textos de trabalhos escolares tiveram desempenho superior aos que afirmaram tê-la utilizado. No entanto, entre os usuários frequentes, aqueles que utilizam a inteligência artificial como auxílio ao aprendizado e receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações geradas pela ferramenta tendem a apresentar melhor desempenho do que aqueles que não receberam tal orientação.

Os melhores desempenhos no PISA 2025 foram registrados pelas jurisdições chinesas de Pequim, Xangai, Jiangsu e Zhejiang, além de Cingapura. Adicionalmente, a Estônia, o Japão, a Coreia, Macau (China), Taipé Chinês e o Reino Unido figuraram entre os 10 sistemas

educacionais com melhor desempenho. O desempenho geral dos países da OCDE apresentou queda, com os níveis médios mais baixos já observados em ciências, leitura e matemática, no entanto, houve algumas melhorias; por exemplo, entre os países da OCDE, a Costa Rica, a República Eslovaca, a Turquia e o Reino Unido registraram aumentos nas notas de ciências desde 2022. As notas gerais em leitura apresentaram quedas particularmente acentuadas nos últimos três anos, inclusive nas habilidades mais importantes na era da inteligência artificial: avaliar informações, estabelecer conexões entre múltiplas fontes e pensar criticamente sobre o que lemos. Os casos de "leitura apressada" — em que os alunos leem rapidamente, mas de forma imprecisa — quase dobraram, chegando a 9% entre 2018 e 2025.

É proveitoso ainda ressaltar que, complementar ao documento principal do estudo, a organização também disponibilizou notas de projeção para cada país analisado, onde dedica atenção especial e oferece análises para as especificidades e contextos de cada caso. O Brasil é um dos países participantes do estudo e possui um documento próprio no idioma inglês. Nele, é realçado que os resultados médios de 2025 no Brasil foram praticamente os mesmos de 2022 em matemática, leitura e ciências. Tal estabilidade nos resultados se estende, de fato, por mais de uma década: nas três disciplinas, os resultados do PISA 2025 ficaram próximos ao nível observado em todas as avaliações desde 2015. Contudo, os estudantes brasileiros tendem, em geral, a possuir um desempenho abaixo da média da OCDE nas três categorias, assim como também no que se foi medido sobre a capacidade de resolução de problemas computacionais.

Por fim, o fórum internacional ainda promoveu, dentre seus múltiplos e constantes acréscimos em seu acessível e vasto acervo literário eletrônico, a publicação de cinco textos que retomam suas atenções mais explicitamente aos temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. Dessarte, os mesmos são brevemente salientados e apresentados a seguir.

Intitulado *"What is driving homelessness and housing exclusion in OECD and EU countries?: A review of the literature and cross-national data"*, o primeiro documento a ser ressaltado no presente informe busca analisar os principais fatores que levam à situação de rua e à exclusão habitacional, reunindo evidências da literatura acadêmica sobre a situação de rua e dados transnacionais sobre dificuldades habitacionais no passado. O artigo identifica lacunas de conhecimento ainda existentes, incluindo cobertura geográfica limitada e uma prevalência de causas não especificadas, ressaltando a necessidade de dados mais precisos que possam servir de base para políticas públicas mais direcionadas e preventivas.

Na esteira de tal discussão, o artigo *"Unpacking place transformation"* se preocupa em fornecer uma nova perspectiva sobre a transformação de territórios, refletindo o papel da chamada "infraestrutura intangível", como a liderança local e a identidade do lugar, estabelecendo pontes entre os vetores locais e externos de mudança e integrando melhor os resultados econômicos e sociais da comunidade e política local.

Outro destaque do período foi o relatório *"Tracking Progress in the Governance of Critical Risks"*, que apresenta a segunda análise geral da OCDE sobre o progresso dos países na gestão de riscos críticos no período de 2017 a 2023, fundamentada na recomendação da própria de 2012 sobre a gestão de riscos críticos. Baseando-se em uma pesquisa realizada em 34 países, o estudo avalia como os governos fortaleceram sua capacidade de antecipar, se preparar, responder e aprender com grandes choques com consequências nacionais.

O relatório indica que a maioria dos países avaliados teve avanços contínuos na implementação da Recomendação e a utilizou para moldar novas iniciativas políticas, revisar

estratégias nacionais e adaptar arranjos institucionais. Os progressos, todavia, permanecem desiguais entre os países e entre os diferentes aspectos da gestão de risco. A pandemia, juntamente com outras crises de grande escala, também testou severamente os sistemas nacionais e realçou lacunas persistentes na gestão de riscos complexos, dinâmicos e transfronteiriços. O documento busca então evidenciar melhores práticas encontradas em países onde o contexto de segurança em rápida evolução se reflete nos perfis de risco do país e onde uma abordagem de gestão de riscos que envolve toda a sociedade incorpora ações para preservar a coesão social.

Já o relatório *"The Impact of Decentralised Development Co-operation: Driving Local Governance and the SDGs"* lança luz sobre o tema da cooperação descentralizada para o desenvolvimento – em outras palavras, a cooperação para o desenvolvimento liderada por cidades e regiões – e de como a mesma tem desempenhado um papel cada vez mais importante em um contexto em que a assistência oficial ao desenvolvimento enfrenta o declínio mais acentuado já registrado. Assim, o estudo oferece uma avaliação abrangente de como a cooperação descentralizada para o desenvolvimento contribui para a governança local e para os resultados relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, baseando-se em dados localizados dessa modalidade de cooperação, duas pesquisas abrangendo mais de 180 governos subnacionais de países participantes do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento e países parceiros e em 16 estudos de caso.

O estudo atesta que a cooperação descentralizada para o desenvolvimento gera benefícios para governos locais e regionais tanto nos países do Comitê quanto nos países parceiros. A exemplo, atividades não financeiras, como o aprendizado entre pares, fortalecem instituições e melhoram a prestação de serviços em cidades e regiões parceiras, ao passo que governos locais e regionais dos países do Comitê adquirem novos conhecimentos e alcançam uma coordenação multinível mais eficaz. O relatório ainda oferece orientações a governos nacionais e subnacionais a fim de potencializar o impacto dessa modalidade de cooperação.

O último documento em destaque é o relatório *"New Data for Africa's Changing Climate: Mapping Risks, Readiness and Policy Action"*. Fruto de uma parceira da OCDE com o Banco Mundial e o Global Green Growth Institute, o documento visa suprir o lapso de dados relacionados às mudanças climáticas e indicadores climáticos no continente africano, informando como países e cidades africanos estão expostos a grandes riscos climáticos, tal como o calor extremo, e em como os mesmos têm apresentado políticas de adaptação e mitigação climática e suas principais tendências.

Referências

OECD. Tax Policy Reforms 2026: OECD and Selected Partner Economies. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/43d18a55-en.

OCDE. Governments reforming tax systems to boost growth but revenue pressures continue to mount. OECD [Internet]. 2026 Sep 08 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/09/governments-reforming-tax-systems-to-boost-growth-but-revenue-pressures-continue-to-mount.html.

OECD. PISA 2025 Results (Volume I): Future-Ready Students, PISA. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/73451bc5-en.

OCDE. PISA 2025: Students' reading and mathematics performance declined sharply across the OECD. OECD [Internet]. 2026 Sep 08 [cited 2026 Sep 11]. Available from:

https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/09/pisa-2025-students-reading-and-mathematics-performance-declined-sharply-across-the-oecd.html.

OECD. PISA 2025 Results (Volume I): Brazil. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/09/pisa-2025-results-volume-i-country-notes_88d1164e/brazil_6cc1576c/d65ba095-en.pdf.

OECD. What is driving homelessness and housing exclusion in OECD and EU countries?: A review of the literature and cross-national data. OECD Social, Employment and Migration Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11];336. Available from: https://doi.org/10.1787/773baca1-en.

OECD. Unpacking place transformation. OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11];2026/12. Available from: https://doi.org/10.1787/f43500af-en.

OECD. Tracking Progress in the Governance of Critical Risks. OECD Reviews of Risk Management Policies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/66bcd7b0-en.

OECD. The Impact of Decentralised Development Co-operation: Driving Local Governance and the SDGs. OECD Regional Development Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/59c2f7c7-en.

OECD, Global Green Growth Institute, World Bank. New Data for Africa's Changing Climate: Mapping Risks, Readiness and Policy Action. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/27d083ca-en.